

O QUE QUEREMOS – A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO FEMININO

Gerlice Rosa UFMG¹
Renato de Mello UFMG²

RESUMO

Em contato com o outro, geralmente sentimos a necessidade de mostrar-lhe algo nosso, algo que diz respeito ao nosso ser. Ao fazermos uso da linguagem, manifestamos nossos interesses, nossos posicionamentos, nossa maneira de entender o que está ao redor e buscamos, muitas vezes, convencer o interlocutor, agindo, assim, sobre ele. Esse trabalho visa tratar da capacidade e das estratégias argumentativas na dimensão jornalística do século XIX, tendo como *corpus*, o jornal *O Sexo Feminino (1873-1889)*. Dedicamos-nos principalmente ao primeiro ano de veiculação do periódico, 1873 a 1874. Este semanário era destinado prioritariamente às mulheres, e também escrito por elas. Tal direcionamento mostra-nos algo interessante no que diz respeito às intenções do discurso, na própria criação de um jornal dedicado ao público feminino. Tal veículo era produzido na cidade de Campanha, sul de Minas Gerais, e distribuído por outros estados (como consta no próprio jornal). Para a consecução de nossos objetivos, nos valeremos dos estudos de Charaudeau, sobretudo no que diz respeito ao contrato de comunicação e aos modos de organização do discurso, em especial o modo argumentativo, e também dos trabalhos de Neves e Reboul sobre argumentação. Pretendemos, enfim, verificar em que medida a argumentação se faz presente no *corpus* selecionado para concretizar as visadas da enunciação, sejam elas prescritiva, informativa, incitativa, ou da ordem do pathos. Dessa maneira, procuraremos discutir, portanto, quais as intenções do sujeito enunciador ao elaborar o discurso, qual a sua maneira de ver o mundo, exteriorizada em seus enunciados e a forma de dar significado às vivências e as observações enquanto sujeito inserido em uma situação comunicativa.

Introdução

Objetivamos nesta comunicação abordar a argumentação no discurso do jornal *O Sexo Feminino*, do século XIX, veiculado em Minas Gerais. Fomos motivados pela temática do jornal e por elementos que percebemos ao longo da leitura dos exemplares que nos indicavam o forte tom argumentativo da produção deste discurso.

Estudaremos os procedimentos discursivos, ou seja, o uso sistemático das categorias da língua no processo argumentativo. Dessa maneira, poderemos observar como se dá a argumentação no discurso da jornalista, uma vez que ela apresenta uma asserção de partida em direção a uma conclusão específica, da qual tentará convencer seus leitores.

Apresentamos alguns conceitos importantes para o desenvolvimento do trabalho, em seguida, a breve análise de um exemplar do jornal, que nos oferece uma mostra do caráter argumentativo do discurso de Senhorinha Diniz. Trata-se do exemplar número 8, produzido em Campanha, sul de Minas Gerais, no ano de 1873. Por fim, apresentamos a nossa conclusão a respeito da análise proposta nesta apresentação.

1. AD e Argumentação

Sabemos que a argumentação tem sua origem na retórica clássica, sendo esta entendida como a arte de persuadir pelo discurso (REBOUL, 1998). A arte retórica teve sua origem por volta do ano de 450, no âmbito judiciário, momento em que Córax e Tísias elaboraram a arte oratória, uma coletânea de preceitos práticos para auxiliar as pessoas que recorressem à justiça. Córax define a retórica como a arte da persuasão. Desde então, a arte retórica é estudada por diversos campos do conhecimento, sendo esta composta por dois elementos principais: a oratória e a argumentação.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG.

² Professor e orientador no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG.

A argumentação é caracterizada, segundo Perelman (apud REBOUL, 1998, p.92) essencialmente por: dirigir-se a um auditório, ser expressa em língua natural, apresentar premissas verossímeis, ter a progressão dependente do orador e ter suas conclusões sempre contestáveis. Esses são elementos que identificam o movimento argumentativo, perpassando o direcionamento dado ao destinatário (auditório), os objetivos de tal argumentação e o espaço estratégico do sujeito que argumenta. Vemos que esses elementos definidores do caráter argumentativo de um discurso assemelham-se à relação triangular entre sujeito argumentante, proposta sobre o mundo e sujeito-alvo, conforme Charaudeau (2008, p. 205). Sendo assim, o auditório seria o sujeito – alvo do discurso; a expressão dos argumentos em língua natural feita através de premissas verossímeis faz parte do contrato de comunicação, uma vez que para serem compreendidos, os sujeitos precisam compartilhar a língua e, em certa medida, a realidade que os cerca, para que não haja equívoco na comunicação. O sujeito-alvo pode aceitar ou refutar a argumentação proposta, portanto, a conclusão apresentada por quem argumenta será contestável, dependendo da compreensão e aceitabilidade do sujeito-alvo. Por fim, a progressão dependerá do orador que desenvolverá o raciocínio para estabelecer a “sua verdade”, a sua proposição sobre o mundo.

Juntamente com Reoul (1998, p.92), entendemos o argumento como “uma proposição destinada a levar à admissão de outra”. Dessa maneira, o sujeito argumentante fará a passagem da sua asserção inicial para a conclusão, da qual pretende convencer o público destinatário.

Charaudeau afirma que

Argumentar é, portanto, uma atividade discursiva que, do ponto de vista do sujeito argumentante, participa de uma dupla busca: uma busca de racionalidade que tende a um ideal de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo. (...) e uma busca de influência que tende a um ideal de persuasão, o qual consiste em compartilhar com o outro um certo universo de discurso até o ponto em que este último seja levado a ter as mesmas propostas. (CHARAUDEAU, 2008, p. 206)

Sendo assim, a fala de quem argumenta tende a levar o destinatário a assumir determinados posicionamentos, a compartilhar visões de mundo, tendo sempre como direcionamento a capacidade persuasiva do discurso argumentativo.

Ainda segundo Charaudeau (2008, p.207), “a argumentação é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem finalidade persuasiva”. A função do modo de organização argumentativo é, portanto, “permitir a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo”. (*ibidem*, p.207)

Dessa maneira, como mostra Charaudeau (2008) o dispositivo argumentativo é composto por uma *proposta* – encadeamento de asserções, *proposição* – posição do sujeito que argumenta com relação à proposta e pela *persuasão*, que seria a justificativa para a tomada de determinado posicionamento.

2. O jornal *O Sexo Feminino*

O corpus desta pesquisa é o jornal, *O Sexo Feminino (1873-1889)* em grande parte escrito, e editado pela redatora mineira Francisca Senhorinha da Motta Diniz. O primeiro ano de edição do jornal (1873-1874) foi produzido na cidade de Campanha de Minas, no sul do estado. Em 1875, Senhorinha Diniz mudou-se para o Rio de Janeiro com uma proposta de trabalho para lecionar na Corte, portanto, a partir de 22 de julho de 1875, o jornal passa a ser impresso na cidade do Rio de Janeiro - Rua do Lavradio, 24. A escritora continuou com as edições de *O Sexo Feminino*, mesmo com a mudança da cidade de Campanha. Todas essas alterações foram explicadas no próprio veículo, que se tornou um grande meio de comunicação entre Senhorinha Diniz e seus leitores.

O jornal era classificado como um *semanário literário, recreativo e noticioso dedicado aos interesses da mulher*³. Trata-se de um jornal direcionado ao público feminino, fato observado logo na capa do veículo, onde lemos: *Especialmente dedicado aos interesses da mulher*⁴, seguido de uma

³ Frase de capa do jornal *O Sexo Feminino*. Essa nomenclatura permanece nas edições seguintes do jornal e funciona como uma espécie de slogan, entendido nos dias atuais como um recurso para marcar uma característica de certo produto veiculado na publicidade e em meios de comunicação

⁴ A expressão complementa e direciona o periódico ao público feminino, aos interesses da mulher, segundo a lógica e a proposta do jornal *O Sexo Feminino*

frase de Aimé Martin⁵: “É pelo intermédio da mulher que a natureza escreve no coração do homem”. Essa frase traz ao jornal o direcionamento do que seria publicado e o próprio pensamento da redatora sobre a figura feminina e sobre o modo como deviam ser as relações entre homens e mulheres.

As redadoras do jornal são principalmente da família de Senhorinha Diniz – ela, como redatora principal e suas três filhas como colaboradoras, Amélia, Albertina e Elisa Diniz.

A estrutura de *O Sexo Feminino* consta de quatro páginas em formato hoje conhecido como tablóide, divididas em seções diferenciadas, com formatação simplificada, ainda sem gravuras, apenas com bordas e enfeites em alguma secção. A primeira página (ou capa) conta com cabeçalho, contendo o nome do jornal, o preço das assinaturas mensais e por semestre, a data de publicação, a cidade em que foi impresso, e as colaboradoras do jornal. Também há uma frase de identificação do veículo. Os textos estão dispostos em duas colunas, dessa forma a leitura fica direcionada sempre para um ou outro canto da página, algo diferente do que observamos atualmente nos jornais. Hoje, encontramos jornais divididos em mais colunas com a intenção de dinamizar a leitura e não cansar a vista dos leitores.

Em relação ao conteúdo, são abordados temas como culinária (receitas), literatura (poesias), anatomia, normas gramaticais, cultura (divulgação de eventos e atividades), anúncios de produtos e divulgação de notícias. Todos esses conteúdos estão direta ou indiretamente relacionados ao universo feminino.

É perceptível também o direcionamento que Senhorinha faz aos seus leitores, delimitando, ou esclarecendo suas atenções para o público: “Ora, *O Sexo Feminino* é um periódico redigido por senhoras, e quase exclusivamente dedicado à leitura das mesmas”. Ou em: “Eis-nos chamando em nosso auxílio as senhoras para coadjuvarem-nos com suas luzes intelectuais e com as assignaturas.” (*O Sexo Feminino*, 2 de abril de 1876).

3. Procedimentos argumentativos no discurso feminino

O artigo escrito por Senhorinha Diniz, intitulado “O que queremos” apresenta-se como revelador da proposta argumentativa, a começar pelo título. O verbo *querer* expressa a manifestação de um desejo, de um posicionamento, vinculado à figura feminina, neste caso; fato que perceberemos ao longo da leitura do artigo.

A qualificação dada logo no início do artigo àqueles que questionam o que querem *essas mulheres* que assumem *O Sexo Feminino* é um componente da construção descritiva. Esse recurso permite ao sujeito manifestar seu imaginário de construção e apropriação do mundo. Assim, Senhorinha Diniz deixa clara a visão que ela tem a respeito dos críticos e questionadores da proposta do jornal, situando e localizando-os no entorno sócio-discursivo. O caráter pejorativo das qualificações por ela elencadas funciona como um elemento argumentativo nesse discurso de persuasão. Afinal, eles são lembrados como cegos, retrógrados, pessimistas e indiferentes.

Notamos a composição discursiva do artigo, partindo de uma asserção que abre espaço para a discussão em torno das intenções e necessidades das mulheres na realidade sócio-histórica do século XIX. Posteriormente, segue-se a exemplificação, ressaltando situações da realidade feminina, apresentando críticas e apontamentos referentes a cada momento descrito. Sabemos, pois, que a composição linear, “consiste em programar os argumentos segundo uma certa cronologia, acompanhada de um vai-e-vem entre seus diferentes momentos e de uma pontuação dos tempos fortes da argumentação” (Charaudeau, 2008, p.244).

Vemos no decorrer do artigo, um movimento argumentativo que parte da asserção “É innegável que a mulher vive na mais completa ignorância de seus direitos” para chegar à conclusão de que “Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e delles usarmos em ocasião oportuna”. O trajeto discursivo elaborado pela jornalista perpassa a construção de exemplos e situações descritivas sobre a

⁵ Loius Aimé Martin (1786-1847) pedagogo e filósofo francês, escreveu a obra *De l'éducation des mères de famille ou de la civilisation du genre humain par les femmes* (Educação das mães de família ou a civilização do gênero humano pelas mulheres), publicada em 1834 em Paris.

realidade sócio-histórica das mulheres. Dessa maneira, a jornalista traça uma passagem entre os argumentos cuja intenção é convencer seu destinatário de que a instrução para as mulheres é algo necessário.

Há no texto a descrição narrativa, em que “(...) é descrito um fato, ou contada uma história, para reforçar uma prova, ou para produzi-la” (Charaudeau, 2008, p. 239). Esse procedimento traz ao texto a possibilidade de exemplificação, um raciocínio que pretende se aproximar da realidade do destinatário. Percebemos esse uso no seguinte trecho:

Quantos pais por ali não vivem em um labutar desabrido para preparar um dote á suas filhas e depois entrega-la em corpo e alma a um *genro* que pouco se lhe dá um esbanjar esse dote que obteve por meio do casamento que para elle não foi um fim, mas sim um meio de obter fortuna sem trabalho? (O Sexo Feminino, 25 de outubro de 1873)¹.

Vemos que, dessa forma, Senhorinha pretende explicar a realidade das mulheres, apresentando situações, possibilidades, que evidenciam ou a falta de cuidado dos homens com a educação e o destino das mulheres, ou o estado de ignorância em que elas viviam, como afirma a própria jornalista: “O estado de crassa e supina ignorância em que jazem as mulheres, as mãis de família, sempre enganadas por seus maridos”.

Nas descrições narrativas, a jornalista ainda faz questionamentos, como quem espera a confirmação de seu destinatário. O questionamento argumentativo apresenta a verificação do saber, o que “permite ao questionador mostrar que ele sabe e assegurar eventualmente sua superioridade sobre aquele que é questionado”. (Charaudeau, 2008, p. 242).

Os questionamentos sobre essas situações cotidianas trazem ao discurso esse modo injuntivo que pretende questionar e, ao mesmo tempo, motivar uma atitude, incitar uma reação no leitor: “Quantas, em taes negócios, não são illudidas por esses maridos?” (O Sexo Feminino, 25 de outubro de 1873).

De maneira geral, Senhorinha pretende mostrar o que querem as mulheres adeptas à proposta d’*O Sexo Feminino*. Para isso, ela utiliza o pronome *nós*, no qual se inclui, assumindo a voz desta coletividade, descrevendo situações e propondo mudanças no tratamento da educação feminina.

Em outro momento, a jornalista apresenta a figura de Jesus Cristo como modelo a ser seguido pelos homens: “O fim do casamento na sociedade nunca foi outro senão legitimar a *união do homem com a mulher*, para que assim unidos vivão e se amem, como o Christo amou a sua igreja” (O Sexo Feminino, 25 de outubro de 1873). Segundo Reboul (1998, p. 182) o modelo é um argumento, pois “serve como norma, é ele que determina do “afastamento”, o “desvio””. Desse modo, ela reafirma o poder da Igreja, instituída pelo próprio Cristo e, nessa dimensão do sagrado, do justo, impõe este modelo ao casamento.

A jornalista complementa seu posicionamento sobre o casamento. Neste momento, conclui e justifica os argumentos apresentados anteriormente: “Desvirtuado assim o fim social do casamento, desaparece com a maior facilidade o amor á família, aos filhos e á pátria”. Senhorinha expõe a injunção, um conselho aos seus destinatários: “*Preparem-se pois as meninas para estes embates de fortuna, dêem-se-lhes educação e instrucção(...)*”. Após a descrição narrativa, Senhorinha faz a retomada da discussão inicial, já ao final do artigo: “Respondendo por tanto á these deste artigo”. Neste momento, a jornalista pontua os desejos da mulher, como se fosse mesmo um manifesto, enumerando as necessidades delas. Em cada linha, a voz da coletividade aparece, assumindo o *nós queremos*, que responde ao título do artigo, que esclarece os questionamentos dos *pessimistas e dos retrógrados* e, em certa medida, reafirma o lugar social destas mulheres que escrevem para *O Sexo Feminino* e que compartilham as idéias de emancipação racional através da educação.

Vemos que, segundo Reboul (1998, p.97) “a ordem dos argumentos (...) depende do auditório, no sentido de que o orador dispõe seus argumentos segundo as reações, verificadas ou imaginadas, de seus ouvintes”. Percebemos assim, que o percurso argumentativo é construído visando a uma adesão do destinatário: primeiramente, nomeando e qualificando aqueles que duvidam ou questionam a proposta d’*O Sexo Feminino*, em seguida, expondo situações do cotidiano que evidenciam o descaso e a alienação da mulher, para, por último, expor o posicionamento sobre o casamento, e sobre o que desejam estas mulheres.

A enunciação é mais enfática, mais direta e provocativa, a partir da retomada da pergunta (título do artigo). É como se a jornalista tivesse preparado o espaço para introduzir a discussão sobre o que desejam as mulheres com a publicação n’*O Sexo Feminino* e com a sustentação das idéias de emancipação e educação. Notamos, através dos enunciados: “Queremos a nossa emancipação; Queremos reaver nossos direitos

³ Optamos por conservar a grafia original dos textos, tal como escrita no século XIX.

perdidos (...)”, a exposição clara dos desejos das mulheres, da vontade de mudança da realidade vivida por elas naquele período.

Ao expor as propostas das mulheres, a jornalista reafirma alguns imaginários sociais: as mulheres eram escravas, ignoradas por seus maridos e por meio do periódico, desejavam se libertar, se instruir, participar mais ativamente nas atividades desenvolvidas por seus maridos. Vejamos que Senhorinha Diniz não desvaloriza o casamento, nem propõe a dissolução do matrimônio para se alcançar a liberdade das mulheres. A jornalista valoriza o casamento, reconhece e impõe uma santidade a ele relacionada; porém propõe uma mudança na maneira de compreender a relação homem / mulher, marido / esposa, especialmente no trato e na valorização da inteligência feminina. Ela assume para si e lança para seu destinatário uma nova percepção sobre o casamento e sobre os lugares sociais de cada um dos interactantes.

Conclusão

Sabemos que “Numa argumentação, a conclusão não é, ou não é só, um enunciado sobre o mundo; ela expressa acima de tudo o acordo entre os interlocutores” (REBOUL, 1998, p. 97). Esse acordo pode ser compreendido como o contrato de comunicação estabelecido entre os sujeitos do discurso, no qual os sujeitos se reconhecem e legitimam a fala uns dos outros, conferindo espaço para a encenação discursiva. “Isso faz com que os parceiros só existam na medida em que eles se reconheçam (e se construam) uns aos outros com os estatutos que eles imaginam”. (Charaudeau, 2001, p.30).

A força argumentativa está na capacidade de assumir a tese (ou proposição sobre o mundo), defendê-la e elencar elementos para que esta seja reconhecida por seu destinatário. Sendo assim, segundo Emediato (2001)

Qualquer argumento pode ser válido desde que ele esteja validado por uma lei de passagem *aceitável*. A adesão de um indivíduo à conclusão ou tese defendida depende da *força argumentativa* da lei de passagem e de sua *aceitabilidade*. É, pois, a lei de passagem que constitui o núcleo de toda a argumentação. (EMEDIATO, 2001, p.159)

A visada de *demonstração* é o direcionamento do discurso de Senhorinha Diniz neste artigo, uma vez que a jornalista propõe-se a mostrar as provas, evidenciar a verdade da falta de instrução feminina e da necessidade de que este quadro passe por uma alteração. Percebemos que ela assume aqui uma posição de autoridade de saber, de especialista que é; professora e jornalista, para dirigir-se ao Tu que recebe e avalia esta *verdade* proposta sobre educação para as mulheres.

Referências

CHARAUDEAU, P. (Org.). *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: CONTEXTO, 2008. v. 1. 256 p.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I.L. & MELLO, Renato. (orgs) *Gêneros: Reflexões em análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.

EMEDIATO, Wander. Retórica, argumentação e discurso. In: MARI, H. et. alii. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

REBOUL, Oliver. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANEXO

O que queremos

O Sexo Feminino, 25 de outubro de 1873. Ano I, Número 8

É natural que mais de um desses espíritos retrógrados que compõe nossa actual sociedade tenha feito esta interrogação. É bem provável que os indiferentes, os pessimistas, e os cegos por vontade, igual pergunta se tenham feito.

Força é responder-lhes.

É facto por de mais averiguado, que os homens se tem descuidado de ornar o espírito da mulher, contentando-se em enfeitar-lhe o physico, lisongeando-lhe a vaidade.

É innegavel que a mulher (salvo poucas excepções) vive na mais completa ignorância de seus direitos, desconhecendo até aquelles em que a legislação do paiz a considera solidária – qual é a outorga na alienação de bem immoveis.

Quantas mulheres casadas ignorão que o marido não póde dispor por maneira alguma de um immovel do casal sem seu especial consentimento.

Quantas, em taes negócios, não são illudidas por esses maridos, que as arrastão para assignar uma escriptura publica, em que ellas machinalmemnte garatujão sua assignatura?

O estado de crassa e supina ignorância em que jazem as mulheres, as mãis de família, sempre enganadas por seus maridos faz com que muitas vezes ellas deitem-se na supposição de *serem ricas* e acordem outro dia na mais *triste realidade* de que não possuem cousa alguma e *são pobres e paupérrimas*, porque seus maridos esbanjando o *patrimonio*, estragou-o entregando-o aos *credores* que com *a lei na mão* vem reclamar o seu direito?

Só então é que taes mulheres se apercebem de abismo que tem diante dos olhos! E não é muito de estranhar que taes maridos em occasiões destas coroeem a obra de suas trapaças, abandonando mulher e filhos!!

Muitos maridos sentem que suas mulheres não tenham instrucção para, em sua ausencia, tomarem a si seus negócios, pondo e dispondo como elles proprios o farião.

Outros maridos há que *bem-dizem* essa ignorância, e dão graças á sua sorte de que suas mulheres não entendão de seus negócios, de negócios, como elles dizem em que mulheres *não se devem* intrometer!

Quantos pais por ahi não vivem em um labutar desabrido para preparar um dote á suas filhas e depois entregala-la em corpo e alma a um *genro* que pouco se lhe dá um esbanjar esse dote que obteve por meio do casamento que para elle não foi um fim, mas sim um meio de obter fortuna sem trabalho?

O fim do casamento na sociedade nunca foi outro senão legitimar a *união do homem com a mulher*, para que assim unidos vivão e se amem, como o Christo amou a sua igreja. (Patemização)

Desvirtuado assim o fim social do casamento, desaparece com a maior facilidade o amor á família, aos filhos e á pátria.

Preparem-se pois as meninas para estes embates de fortuna, dêem-se-lhes educação e instrucção que elas quando casadas, solteiras ou viúvas, desde que conheção os seus direitos, poderão também adivinhar pelo as intenções e o coração daquelle homem por suas esposas.

Respondendo por tanto á these deste artigo, diremos que:

Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;

Queremos reaver nossos direitos perdidos;

Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos;

Queremos a instrucção pura para conhecermos nossos direitos, e delles usarmos em occasião opportuna;

Queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administrarmos-les quando a isso formos obrigadas;

Queremos em fim saber o que fazemos o porque o pelo que das cousas;

Queremos ser companheiras de nossos maridos e não escravas;

Queremos saber o como fazemos negócios fora de casa;

Só o que não queremos é continuar a viver envergonhadas.